

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**INFORMAÇÕES GERAIS**

Encarregado(a) pelo Tratamento de Dados Pessoais	Juiz/a Auxiliar da Presidência
Endereço do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Rua Barão de Jaguara, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927
Contato	ouvidoria@trt15.jus.br
Informações sobre a LGPD no âmbito do TRT-15	https://trt15.jus.br/legislacao/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais

Conforme a Lei 13,709/ 2018, art. 7º, III, a Administração Pública pode efetuar o tratamento de dados pessoais no exercício de suas competências legais ou execução de políticas públicas para entrega de serviços públicos e nesses casos não precisará colher o consentimento do titular dos dados, mas, necessariamente, será obrigada a informar a finalidade e a forma como o dado será tratado.

Correição Parcial

Área Responsável pela Gestão do Serviço/ Processo:	Corregedoria-Regional
Atuação do operador no ciclo de vida do dado pessoal (Coleta, retenção, processamento, compartilhamento, eliminação)	Corregedoria-Regional: processamento
Fluxo de tratamento dos dados pessoais	Corregedoria-Regional: no caso das Correições Parciais, os dados pessoais (ex. nomes) nos processos sob responsabilidade da Corregedoria são coletados mediante informação das partes no momento da autuação de expedientes e processos em sistema eletrônico (PJeCor). Tais dados são acessados apenas em consulta a tal sistema (partes e operadores do sistema/servidores), sem a divulgação indistinta a público externo, de maneira que não há compartilhamento a terceiros não interessados. O armazenamento decorre dos registros dos atos processuais nos referidos sistemas, sem previsão de eliminação mesmo após arquivamento. Em hipótese em que estejam relacionados à intimidade, o sistema permite a marcação de sigilo nas peças selecionadas.
Fonte de obtenção de dados pessoais	Informação dos titulares dos dados
Finalidade do tratamento de dados pessoais	Prestação da atividade judicial, limitando, contudo, o acesso de terceiros aos dados pessoais veiculados em processos e peças processuais
Enquadramento legal	art. 7º da LGPD (...) II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
Categoria de dados pessoais	7.1.1 e 7.1.2- Dados de Identificação Pessoal: nome, nº CPF (em alguns casos) 7.9.1- suspeitas de infrações, 7.9.4- penalidades administrativas

Categorias de dados pessoais sensíveis	Sim
Prazo de retenção dos dados pessoais	A definir
Local de armazenamento	Drive de rede com acesso restrito; sistema informatizado oficial de tramitação processual (PJe e PJeCor).
Totalização das categorias de dados pessoais tratados	4
Compartilhamento dos dados pessoais	Compartilhados internamente (Corregedoria e Vice-Corregedoria) e externamente (partes e interessados mediante consulta ao sistema processual)
Transferência internacional	Não
Medidas de segurança e privacidade	Controle de acesso do sistema; Armazenamento em drive de rede com acesso restrito; Atribuição de sigilo nas hipóteses necessárias, Existem atividades sem medidas de proteção
Atualização	24/10/2022